

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NA CIDADE DE POUSO ALEGRE-MG NO SÉCULO XIX¹

**The organization process of primary schooling in the city of Pouso Alegre-MG in
the 19th century**

**El proceso de organización de la escolarización primaria en la ciudad de POUSO
ALEGRE-MG em el siglo xix**

Daniel Aparecido da Costa *

Juliana Miranda Filgueiras *

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o processo de organização da escolarização primária na cidade de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no século XIX. Para tanto, parte da análise de impressos, entre eles: jornais, leis provinciais, mapas de frequência, relatórios provinciais e almanaques, com intuito de melhor compreender a expansão escolar. A análise permitiu verificar que várias dificuldades foram enfrentadas, tais como, pouca frequência dos alunos nas escolas, educação em espaços não escolares, rotatividade docente, dificuldades financeiras, etc. Entretanto, essas dificuldades não inviabilizaram o desenvolvimento da escolarização em Pouso Alegre-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Escolarização. Pouso Alegre. Instrução primária.

Abstract

The following article aims to analyze the organization process of primary schooling in the city of Pouso Alegre - Minas Gerais, during the nineteenth century. In order to do so and aiming to better understand schooling expansion, the study starts with the analysis of printed matter, including newspapers, provincial laws, frequency maps, provincial reports and almanacs. The analyses of such material showed that several problems were encountered, such as low frequency, informal education facilities, excessive teacher turnover, financial difficulties, etc. However, these obstacles did not prevent schooling development in Pouso Alegre-MG.

KEYWORDS: Schooling. Pouso Alegre. Primary education.

¹ Uma versão inicial do texto foi apresentada no XIII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latino americana, em 2018.

* Graduado em História pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: danielcosta_02@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7453-4978>

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jufilgueiras@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8430-6810>

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar el proceso de organización de la escolarización primaria en la ciudad de Pouso Alegre, Minas Gerais, en el siglo XIX. Se analizaron impresos como periódicos, leyes provinciales, mapas de frecuencia, informes provinciales y almanaques a fin de comprender mejor la expansión escolar. El análisis permitió verificar que varias dificultades fueron enfrentadas: poca frecuencia de los alumnos en las escuelas, educación en espacios no escolares, rotatividad docente, dificultades financieras etc. Sin embargo, esos embarras no imposibilitaron el desarrollo de la escolarización en Pouso Alegre-MG.

PALABRAS CLAVE: Escolarización. Pouso Alegre. Instrucción primaria.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar o processo de organização do ensino primário em Pouso Alegre, no século XIX. A cidade localiza-se na região sudeste do país, no interior do estado de Minas Gerais. A sua formação esteve ligada ao processo de exploração das regiões auríferas mineiras, “responsável pela formação dos primeiros núcleos de povoamento do Sul de Minas” (DELFINO, 2010, p. 33). Pouso Alegre atraiu pessoas por exercer “um papel participativo, enquanto praça comercial, na dinâmica mercantil de subsistência pelo engajamento que se fez toda extensão da Comarca do Rio das Mortes na política de abastecimento à praça da Corte” (DELFINO, 2010, p. 38). Deste modo, Pouso Alegre despontou como promissora neste mercado, dedicada ao abastecimento interno, com a produção de feijão, milho, arroz, mandioca, gado, porco, chá e fumo. Estes produtos eram destinados direta e indiretamente às praças de Lorena, Sorocaba, Santos e Rio de Janeiro, o que acabou por conferir a esta região o atributo de “celeiro” da economia provincial no século XIX.

Segundo as estimativas propostas por Delfino (2010), tendo por base o censo realizado em 1826, Pouso Alegre contava com 6.490 almas, e entre 1833-1835 concentrava cerca de 6.817 habitantes. No final do século XIX, o total de habitantes era de 22.004. Delfino (2010, p. 50) indica que a aceleração no crescimento populacional se explicava tanto pela expansão mercantil interprovincial quanto pela facilidade de acesso aos grandes centros comerciais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em meio ao processo de expansão econômica e demográfica, houve também o desenvolvimento e expansão da escolarização na cidade.

Em âmbito nacional, a instrução brasileira passou a ser pensada mais sistematicamente após a independência do país, tratada na Constituição Imperial de 1824. Em seu Título 8º, art. 179, parágrafo XXXIV, estabelecia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Todavia, somente com a aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827, foi estabelecida uma primeira regulamentação oficial com a finalidade de normatizar a instrução no país. Com a promulgação do ato adicional de 1834, que concedia maior autonomia às províncias brasileiras, Minas Gerais, em 1835, promulgou

a Lei n.º 13, de 28 de março, que pretendia regular “a criação das Cadeiras de Instrução primária e o provimento e os Ordenados dos Professores”² (Lei n.º 13, de 1835).

Na segunda metade do século XIX as reformas educacionais foram intensificadas na Província Mineira, que, segundo Andrade (2007, p. 86), buscou reformular a legislação, de forma que “diversos Regulamentos, Leis, Portarias e Resoluções buscavam criar um marco jurídico para o processo de escolarização na Província”. Contudo, a constituição de uma rede de escolarização foi afetada por um conjunto de questões políticas, econômicas e sociais, que interferiam no êxito ou fracasso das reformas, como a escassez de recursos para a expansão dos serviços educacionais, a multiplicidade dos atos legais e a alta rotatividade dos presidentes de província. Esses fatores, segundo Faria Filho (2004), levaram a uma cultura administrativa marcada pela descontinuidade no âmbito educacional.

Para este artigo, que investigou a educação em Pouso Alegre no século XIX, as fontes selecionadas foram compostas por registros escritos, impressos ou manuscritos, dentre eles: jornais, leis provinciais, mapas de frequência, relatórios provinciais, almanaques e recenseamentos. Por meio da análise e cruzamento destas fontes tornou-se possível compreender o processo de expansão escolar na cidade e o posicionamento dos diferentes sujeitos a respeito da instrução no período.

A legislação escolar mineira foi tratada a partir da perspectiva proposta por Faria Filho (1998), ao destacar que a legislação envolve lutas de diferentes setores sociais no processo de sua criação e efetivação. Conforme destacam Andrade e Carvalho (2009), no século XIX, a legislação mineira para a instrução primária marcava a tentativa de ação política no campo educacional, que buscava regulamentar, desde os conteúdos propostos a serem ensinados, até o formato das avaliações nos espaços escolares. Faria Filho (1998, p. 82), afirma que a legislação foi uma forma prever e controlar a escolarização. Nesse sentido, a sua análise auxiliou a entender as propostas elaboradas pelos dirigentes da província mineira ao longo do século XIX e seu impacto em Pouso Alegre.

A análise dos Relatórios dos Presidentes de Província - documentos produzidos com o objetivo de fornecer informações sobre as ações do poder executivo, apresentados na Assembleia Provincial -, expunham as “dificuldades de concretização da legislação, bem como as possíveis soluções apontadas pelos presidentes” (ANDRADE, 2007, p. 23). Por meio destas fontes, foi possível acessar o número de escolas existentes em Pouso Alegre, o número de alunos, nomeações, repasses de verbas e leis que determinavam a abertura de escolas ou seu fechamento. Por sua vez, os mapas de presença possibilitaram apreender a frequência dos alunos ao longo dos anos, mesmo que repletos de lacunas. Já os livros de matrículas, que continham informações sobre a designação de professores para as cadeiras de instrução primária de Pouso Alegre, permitiram analisar os períodos em que esteve em funcionamento este tipo de ensino.

Outro grupo de fontes trata-se de periódicos, almanaques³ e jornais. Autores como, Jinzenji (2012); Pallares-Burke (1998) e Faria Filho (2002) auxiliaram na análise

²A Lei n.º 13 normatizava a educação mineira.

da relação entre os periódicos e o processo de escolarização. A análise da imprensa implica compreender a “função social desses impressos” (LUCA, 2005, p. 139), e os motivos que levam “à decisão de dar publicidade a algumas coisa”, o que foi eleito como importante de ser publicado, conforme destaca Luca (2005, p. 139-140).

A imprensa durante o século XIX, seguia o princípio Iluminista de “veicular valores e ideias visando educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório” (JINZENJI, 2012, p. 155). Pallares-Burke (1998), atenta para o fato de a imprensa neste século ser referida “como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147). Desse modo, verificou-se que a escola assumiu lugar de destaque nos jornais veiculados em Pouso Alegre no século XIX.

O cruzamento destas fontes forneceu indícios de como se deu o processo de organização da instrução primária em Pouso Alegre e as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos. Para tanto, o conceito de escolarização neste artigo foi abordado em um duplo movimento, conforme destaca Faria Filho (2004). Num primeiro:

Escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais profundos (FARIA FILHO, 2004, p. 522).

E em um segundo movimento:

Por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados (FARIA FILHO, 2004, p. 522).

Em complemento, Jinzenji (2012, p. 155) destaca que se deve recorrer a noção ampliada de educação no período, por meio da ação educativa de diferentes instituições, pois “concomitantemente à escola, outros meios/espacos tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos”. Assim, a escolarização não ficou restrita ao espaco escolar.

A organização da instrução primária em Pouso Alegre-MG

Com o processo de independência em 1822, tornava-se necessário construir um projeto de país que estabelecesse laços comuns entre as diferentes províncias. Neste aspecto, a instrução enquanto “mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo, mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado” (FARIA FILHO, 2000, p. 137). Assim,

³ Os almanaques analisados neste trabalho eram obras particulares. Não foram organizadas por instituições públicas.

com a aprovação da Constituição de 1824, a instrução primária tornava-se gratuita aos cidadãos brasileiros.

Em 1827 houve a aprovação de primeira legislação educacional do Império, a lei de 15 de outubro, com a finalidade de normatizar a criação das escolas de primeiras letras. Segundo Faria Filho (2000, p. 137), essa lei resultou em um “fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro”.

Três anos após a aprovação da lei de 1827, foram encontradas as primeiras referências à instrução primária e a sua instalação na freguesia de Pouso Alegre. Em 1830, o jornal *Pregoeiro Constitucional*⁴ divulgava a nota: “o Subdiacono Joaquim José de Oliveira pretende empregar-se no exercício de Professor Público de primeiras letras d’esta Freguesia de Pouso Alegre no dia 28 do corrente em diante” (1830, n. 22, p. 4). Em Busca de informações sobre a instalação da cadeira, foi encontrado um requerimento⁵ enviado ao Governo de Província pelo professor Joaquim José de Oliveira, em 1831, que solicitava o pagamento de seus ordenados atrasados como professor de primeiras letras. Esse documento permitiu verificar que o professor exerceu sua função por quase um ano.

O livro de Matrícula dos professores de instrução intermediária e primária indicava que a cadeira a qual Joaquim José de Oliveira ocupou o cargo de professor público foi criada pelo conselho do Governo em 27 de março de 1828⁶, em cumprimento a normatização da lei de 15 de outubro de 1827, art. 1º. Neste manuscrito, também constava um breve relatório do professor Joaquim José de Oliveira, que indicava um possível número de alunos frequentes matriculados: “n.º de quarenta matriculados no 2º trimestre e vinte no 3º” (manuscrito, p. 1)⁷. Este número apresentava uma grande variação entre os trimestres. Segundo Faria Filho (2000, p. 147), isto ocorria em razão da baixa fiscalização das escolas, o que permitia a falsificação dos dados estatísticos, prejudicando a confiabilidade dos indicadores do desenvolvimento do ensino nesta época. Outra questão de destaque era o motivo da carta enviada, o professor cobrava os três meses de ordenado vencido, o que apontava as dificuldades enfrentadas pelos professores para exercera função de docente.

Como já mencionado, em 1834 foi promulgado o Ato Adicional de 1834. Segundo Mattos (1987), a aprovação do Ato adicional foi relevante, por possibilitar que as províncias organizassem suas próprias legislações. Isto permitiu ao poder provincial mineiro “legislar sobre o que era entendido como a maneira de se ‘formar o povo’”

⁴ O Jornal *Pregoeiro Constitucional*, de acordo com Françoise Jean de Oliveira Souza (2007), era de propriedade do padre José Bento Leite Ferreira, sendo o primeiro jornal “a ser lançado no sul de Minas e o sexto da província” (2007, p. 87).

⁵ O documento não possui destinatário e encontra-se incompleto. Data referente ao despacho: 16/11/1831. Acesso ao documento na íntegra: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/288393>. Data de acesso: 12 nov. 2018.

⁶ Arquivo Público Mineiro: IP-05, 1818 – 1855, página 465.

⁷ Acesso ao documento na íntegra: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/288393>. Data de acesso: 12 nov. 2018.

(MATTOS, 1987, p.257).A partir do conjunto de mudanças políticas promovidas pelo Ato Adicional de 1834, tornou-se possível a promulgação da primeira lei educacional da província de Minas Gerais, a Lei n. 13, de 28 de março de 1835.Em decorrência desta lei foi criada em Pouso Alegre uma cadeira de instrução pública masculina. De acordo com o livro de Registros de provimentos dos professores Públicos (1834-1848):

O presidente da província de Minas Geraes. Faz saber aos que esta Carta virem que havendo resolvido prover na forma da Lei Provincial n° 13 de 28 de Março do corrente anno as Escollas Publicas de 1^{as} Letras actualmente vagas, e atendo a representação feita por Francisco de Paula Bressane para exercer o Emprego de Professor Publico de 1^{as} Letras do 2° gráu da Villa de Pouso [...]⁸.

O professor Francisco Paula Bressane foi nomeado, em 31 de outubro de 1835, para ocupar a cadeira do sexo masculino, responsável por ministrar aulas de instrução primária de segundo grau. No ano seguinte, em 12 de fevereiro de 1836, ocorreu a nomeação da professora D. Isabel Maria Bressane para atuar na cadeira pública feminina de primeiras letras.

O Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faz saber aos q esta Carta virem, q havendo resolvido provêr na forma da Lei Provincial n° 13 de 28 de Março de 1835 as Escolas P. de las Letras actualmente vagas, e atendendo á representação de D. Isabel Maria Bressane para exercer a Emprego de Professora P. de las Letras pa meninas da Villa de Pouso Alegre [...]⁹.

Vale observar que o ensino primário feminino não era obrigatório neste período¹⁰.Deste modo, a instalação da cadeira feminina em Pouso Alegre demonstrava que havia interesse de membros da comunidade em escolarizar as meninas. Contudo, os saberes ensinados não eram o mesmo para meninos e meninas. Segundo o art. 1° da lei n.13 de 1835, o ensino masculino primário de segundo grau ensinaria a ler, escrever, aritmética até as proporções, e noções gerais dos deveres morais e religiosos. O ensino feminino, por sua vez, ensinaria, além das matérias do 1° grau, ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos. Como afirmam Gondra e Schueler (2008, p. 54), “parecia que a escola funcionaria como um canal para educar a mulher na ‘ciência da casa’, com base na ação de mestras públicas”.

A análise de um mapa de frequência de 1836¹¹, continha informações sobre a presença dos alunos nas cadeiras masculina e feminina de instrução primária dos professores recém nomeados. Segundo este mapa, a aula da professora D. Isabel Maria Bressane contou com a frequência de 15 alunas no primeiro trimestre, 18 alunas no segundo e 19 alunas no terceiro. Por sua vez, as frequências às aulas do professor Francisco de Paula Bressane indicam terem sido feitas a partir de estimativas, uma vez que tiveram presentes no primeiro trimestre de 33 a 43 alunos, de 48 a 66 alunos no segundo, e de 68 a 84 alunos no terceiro.

⁸IP 3/2, IP – 04, p, 18.

⁹ IP 3/2, IP – 04, p, 22.

¹⁰ O ensino feminino passou a ser obrigatório com a aprovação do Regulamento n. ° 84, em 1879.

¹¹ Arquivo Público Mineiro: IP 3/2, CX – 01, pacotilha 47.

As listas trimestrais eram documentos que continham a presença dos alunos matriculados em uma determinada cadeira de instrução primária ou secundária. Era por meio destas tabelas que os professores comprovavam o funcionamento de suas aulas e requeriam seus ordenados vencidos. Com estas listas, eram elaborados os Mapas de frequência que tinham por objetivo fornecer informações sobre o desenvolvimento da instrução na província mineira. Além disso, as listas estavam previstas no art. 38º do regulamento n. 3¹², sendo obrigação dos professores enviarem “duas listas trimestraes originaes aos Delegados, [...] conservarão uma em seu poder, e a outra será remetida á Presidencia na forma do Artigo 51” (Regulamento n. 3,1835, p. 10). No entanto, é preciso observar, de acordo com Faria Filho (2000, p. 147), que as instituições nem sempre eram fiscalizadas, sendo possível a distorção dos dados estatísticos. A análise do mapa também indicou que a aula feminina, no seu primeiro ano, funcionou com um número abaixo do estabelecido pelo art. 3º da lei n. 13, que deveria ser de 24 alunas.

Os Relatórios dos presidentes de província¹³ continham informações sobre a frequência dos alunos do Círculo Literário¹⁴ de Pouso Alegre, na primeira metade do século XIX. Os dados escolares das tabelas anexas aos relatórios referiam-se ao levantamento feito das cidades de Pouso Alegre, Jacuhy, Caldas e Jaguary¹⁵. Com sua análise, foi possível identificar que, entre os anos de 1846 e 1849, chegou a faltar escolas de ensino primário de primeiro grau em algumas das cidades, uma vez que o número de cadeiras estabelecidas era inferior ao número de cidades. A instrução feminina por sua vez, teve um número de cadeiras sempre inferior ao número de cidades que compunham o círculo literário ao qual Pouso Alegre pertencia. Um dos fatores que pode estar relacionado ao baixo número de cadeiras de instrução primária para meninas foi o fato de o ensino feminino tornar-se obrigatório apenas em 1879, com a aprovação do Regulamento n. 84. Verificou-se, também, que havia uma grande variação no número de alunos que frequentavam as aulas. O baixo índice de frequência escolar pode ser um dos fatores que levava à supressão das cadeiras de ensino. Segundo Veiga (2008):

Tem-se que as condições de frequência à escola eram rodeadas de muitos problemas; desde questões mais práticas, como dificuldade de locomoção até a aula do professor (chuva, alagados, matas, caminhos não seguros), até as mais conflituosas relações ocorridas entre o Estado e as famílias. Estas não enviavam seus filhos às escolas por diferentes motivos: pobreza (falta de roupa adequada, trabalho, fome); indiferença quanto à importância da instrução; dificuldades com o professor e seu método (VEIGA, 2008, p. 513).

As análises dos relatórios dos presidentes de província e dos documentos encontrados no Arquivo Público Mineiro permitiram, ainda, conhecer o quadro de professores que atuaram nas cadeiras públicas de Pouso Alegre na primeira metade do século XIX. Entre os anos de 1836 a 1842, a aula de segundo grau masculina foi regida

¹² O regulamento n.3 foi elaborado em complemento à lei n.13 de 1835, normatizando o estabelecimento e a organização das escolas primárias da província mineira.

¹³ Relatórios dos presidentes de província de 1840 a 1849.

¹⁴ Os círculos literários foram divisões realizadas na província mineira com intuito de facilitar a fiscalização, cada círculo literário era composto por mais de um município e estava sob a responsabilidade de um delegado.

¹⁵ Jaguary aparece a partir da tabela de Relatórios dos Presidentes de Província de 1843.

por Francisco de Paula Bressane. Nos anos de 1842 e 1843, por João Cassiano de Santiago. Já entre os anos de 1845 a 1849 foi conduzida por Saturnino José de Carvalho. E, em 1849, foi regida por Angelo de Araujo Laudim. Na primeira metade do século XIX foram encontradas informações sobre uma única professora, já citada, D. Isabel Maria Bressane, que ministrou aulas para meninas no ano de 1835. Nota-se que o período de permanência de um professor no cargo era curto. Segundo Gondra e Schueler, “as denúncias e críticas contra a precariedade dos salários, das casas de escolas e do material escolar foram recorrentes em todas as localidades do Império ao longo dos Oitocentos” (2008, p.180). Esses fatores que podem ter colaborado para a rotatividade dos professores que ocupavam o cargo na cidade de Pouso Alegre.

Embora as primeiras décadas do século XIX tenham sido palco das tentativas iniciais de organização da instrução primária em Pouso Alegre, foi na segunda metade do século XIX que deu-se um maior desenvolvimento da área educacional na cidade. Conforme afirma Andrade (2007, p.87), nesse período, acreditava-se que “através da Lei e da instrução seriam barrados os vários empecilhos que dificultavam o progresso e o desenvolvimento do país”. A partir da década de 1850 a produção de documentos oficiais sobre a instrução foi ampliada.

Os relatórios dos presidentes de província¹⁶, em diversas edições, apresentavam mapas de frequência dos alunos. A análise destes mapas permitiu verificar que houve um aumento no número dos alunos frequentes na cidade de Pouso Alegre. Todavia, as várias lacunas presentes, ao longo dos anos, indicavam a precariedade no levantamento de informações escolares no período. Ainda que ocorresse o falseamento de dados, conforme observou Faria Filho (2000), ou que os levantamentos populacionais e de presença dos alunos fossem precários, verificou-se uma baixa frequência escolar do ensino masculino e feminino. Este fato foi evidenciado pela análise do recenseamento de 1872, que indicava, de um total de 5.992 habitantes, 97 crianças frequentando as aulas da cidade. Neste sentido, a situação de Pouso Alegre não era um caso isolado, pois, na década de 1890 “o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos” (KREUTZ, 2000, p. 353). Até mesmo o ensino masculino, obrigatório desde a aprovação da Lei n. 13, se desenvolvia de modo muito restrito.

Nos livros de registro de Mapas de frequência¹⁷ foram encontrados dados sobre a instrução pública nos últimos anos do Império. Estas tabelas, datadas de 1881 a 1889, apresentaram informações trimestrais da frequência dos alunos da cidade, como também o número de cadeiras de instrução. Ao analisar os mapas de frequência, percebeu-se que, entre os anos de 1881 a 1889, funcionaram duas cadeiras de instrução feminina e duas masculina na cidade. Verificou-se, também, que o número de alunos matriculados quase sempre foi superior ao número de alunos que frequentavam as aulas.

¹⁶ Análise realizada a partir dos dados estáticos educacionais anexos aos relatórios dos presidentes de província de 1851 à 1885.

¹⁷ Mapas educacionais encontrados no Arquivo Público Mineiro: IP 3/2, IP – 174, S.P.; IP 3/2, IP – 68, S.P.; IP 3/2, IP – 178, p. 46, p.111, p.174; IP 3/2, IP – 76, p.39, p.99.

O cruzamento dos dados dos mapas masculinos com os mapas femininos indicou que a frequência feminina manteve uma maior regularidade. Por sua vez, o número total de alunos matriculados e frequentes masculinos nas duas cadeiras acabaram sendo, em quase todos os anos, superiores ao número de meninas matriculadas e presentes. Sobre os alunos preparados para prestar os exames¹⁸, verificou-se que as cadeiras femininas apresentaram um maior número nos anos de 1881, 1884 e 1889 e um mesmo número de alunas prontas no ano de 1887.

Mesmo com os incentivos e a obrigatoriedade do ensino após o regulamento n. 84, de 1879, a frequência das meninas continuou a ser inferior em comparação com o número de meninos frequentes nas escolas no mesmo período. É importante ressaltar que as normatizações previam multas para os pais que não cumprissem com a obrigação de manter seus filhos na escola. Porém, em grande parte, estas leis acabavam sendo mais simbólicas do que efetivas, já que faltavam funcionários qualificados para a inspeção, como assinala Andrade (2007, p. 182). Cunha (2000) ajuda a repensar os motivos das faltas, desistências e variações nos trimestres, durante o período letivo. Segundo o autor, naquela época:

Os saberes imprescindíveis à vida adulta eram mais simples e podiam ser supridos, na maioria dos casos, pelo agrupamento doméstico. O sistema da aprendizagem cotidiana, que mantinha a criança junto dos mais velhos, era suficiente para transmitir a maioria das técnicas e dos valores relacionados à vida profissional (CUNHA, 2000, p.449).

Assim como Cunha (2000), Faria Filho (2000) argumenta que a escola não era um lugar social de destaque, com legitimidade incontestável, levando àqueles que defendiam a instrução no período a enfrentar diversas barreiras. Outro fator a destacar nos mapas trimestrais, entre os anos de 1885 a 1889, era o aumento de informações adicionais que indicavam: cadeira de primeiro grau ou segundo grau; e se os professores eram normalistas ou não. O maior detalhamento das tabelas demonstra uma organização mais minuciosa, nos últimos anos do Império, no levantamento de informações sobre a instrução mineira. A análise dos relatórios dos presidentes de província permitiu, ainda, o levantamento do nome dos professores que atuaram na instrução primária na segunda metade do século XIX. Algumas das fontes consultadas informavam as datas da nomeação e demissão e a série em que exerceu o cargo.

TABELA 1 – Professores de instrução primária da cidade de Pouso Alegre

Nome do Professor	Série que exerceu o cargo	Período que permaneceu no cargo
Ângelo de Araújo Landim	2º grau	1849 - 1854
José Feliciano de Paiva	2º grau	1853
Semianna Cornelia do Sacramento	---	1854 – 1870
Miguel Constantino de Almeida Faria	---	1860 - 1865
Antonio Augusto de Oliveira França	---	1866
João Antônio dos Santos Fortes	---	1866 - 1868
Pedro Francisco Teixeira	---	1868 - 1870
Francisco José Marianno	---	1870
Julio dias Ferraz da Luz	---	1871 - 1875

¹⁸ Os exames ocorriam ao fim de um ano letivo, com o intuito de avaliar o aprendizado do aluno em determinada matéria. O aluno era avaliado por uma banca examinadora que determinava a sua aptidão.

Eduardo Carlos de Vilhena Amaral	2º grau	1876 - 1885
D. Constança Vilhena de Alcantara	---	1879 – 1884
Ignacio de Loyola Pires	2º grau	1882 -
D. Marianna Guilhermina Pires	---	1885 – 1888

Fonte: Tabela elaborado a partir dos dados estáticos educacionais anexos aos relatórios dos presidentes de província de 1851 a 1885, e documentos encontrados no Arquivo Público Mineiro.

A tabela indica que, mesmo coma reorganização da legislação, problemas como a grande mudança de professores não foram solucionados. No caso das cadeiras masculinas, esporadicamente um professor permaneceu por mais de cinco anos no cargo nomeado. Por sua vez, as professoras primárias permaneciam por um período de tempo maior. Segundo Faria Filho e Rezende (2001), a ideia de que as mulheres deveriam se tornar professoras foi construída ao longo do século XIX, conforme a legislação se estruturava para atender a demanda de meninas que passavam a frequentar as escolas. Um dos fatores que colaborou para este aumento foi que, “apenas as mulheres podiam dar aulas para as meninas” (FARIA FILHO; RESENDE, 2001, p. 97).

Os mapas de presença dos alunos e as tabelas de nomeação expuseram como a instituição da escolarização foi permeada por rupturas. A presença dos alunos variava de um ano para outro, ou, até mesmo, de um trimestre a outro. As nomeações dos professores demonstram que a alternância e substituição dos mestres eram frequentes. Segundo Faria Filho:

Apesar da fragilidade e precariedade dos dados estatísticos, que, de forma muito precária, quase sempre se referem à instrução primária mantida pelo Estado, deixando de lado um significativo número de escolas sem nenhuma ligação com o mesmo, tais dados, bem como a crescente instituição de estruturas administrativas dão-nos mostras de que em várias províncias do Império existiam significativas redes de escolas públicas, privadas ou domésticas (2000, p. 138).

Todavia, o estabelecimento de escolas públicas não significou que a instrução foi extensiva à toda a população da província, até mesmo em Pouso Alegre. Leis como a n. 13 de 1835, excluíram a participação dos escravizados no processo de escolarização. Os mapas de frequência permitiram verificar que, em poucos casos, foram registrados menos de vinte alunos frequentes em Pouso Alegre. As diversas legislações promulgadas, ao longo do século XIX, indicavam em torno de vinte alunos o número mínimo proposto para manter uma cadeira em funcionamento. Sobre os locais onde eram ministradas as aulas, foram encontradas referências de que funcionavam em lugares adaptados. De acordo com o *Almanack Sul Mineiro* de 1884:

A antiga casa da câmara, situada na praça do senador José Bento, dizem-nos, vai ser destinada para a instrução publica, para o que se prestará magnificamente por sua posição central, desde que seja convenientemente modificada e melhorada em sua divisão interna (VEIGA, 1884, p. 368).

O Almanaque também informava que existiam edifícios doados por particulares:

Existem edifícios públicos exclusivamente destinados para instrução, em geral doados por particulares, nas seguintes freguezias: Campanha, Águas do Lambary, Rio Verde, Mutuca, S. Gonçalo, Machadinho, Cabo Verde, Varginha, Pouso Alegre, Lavras, Perdões, Carmo do Rio Verde, Alfenas, Luminárias, Pouso Alto, Machadinho, Carmo do Rio Claro, Muzambinho, Encruzilhada, Ouro Fino, povoado do Mundo Novo, etc (VEIGA, 1884, p. 63.).

De acordo com Faria Filho, “herdamos do período colonial um número muito reduzido de escolas régias ou de cadeiras públicas de primeiras letras” (2000, p. 144), que, em sua grande maioria, funcionavam em locais improvisados, sendo a casa do professor um dos mais recorrentes. Muitas vezes estes professores recebiam uma certa quantia em dinheiro para ajudar no aluguel da casa, mas a falta de espaço próprio se tornava um problema, pois em diversos momentos estes locais não eram fiscalizados. (FARIA FILHO, 2000, p. 147). Referente ao problema da fiscalização, o jornal *O Pouso-Alegrense* apontava que:

Muitas freguezias acham-se sem escolas primarias; as aulas são relativamente pouco frequentadas e o ensino que n'ellas se recebe é limitadíssimo o pouco proveitoso, porque a maior das cadeiras de professores são occupadas por pessoas incapazes, desconhecedores dos preceitos mais comensinhos da pedagogia e seguidores perseverantes dos methodos caducos que se dirigem exclusivamente à memoria das crianças, São nomeadas para os cargos de inspectores pessoas incompetentes; as aulas correm sem inspecção; os compêndios mal escolhidos, quando é sabido que o livro é o complemento do mestre; criam-se cadeiras secundarias dispensáveis, e as matérias necessárias são esquecidos; o ensino da lingua materna é defeituosissimo e algumas vezes nocivo, por deturpar completamente o raciocínio (Jornal *O Pouso-Alegrense*, Pouso Alegre, 18 de julho de 1880, ano 1, nº 3, p. 1).

Vários problemas são citados pela fonte, dentre eles o reduzido número de aulas. Ao analisar os mapas de frequência dos alunos, observou-se que esta questão ocorreu em Pouso Alegre, pois, por um longo período, existiu apenas uma cadeira de ensino primário para cada sexo. Outras vezes, por falta de professores, a cadeira ficou fechada. Estes fatores podem ter contribuído para a baixa frequência nas escolas primárias. Há de se considerar, também, que a educação ministrada pelo círculo familiar era a mais comum na época. Assim, o aprendizado cotidiano, junto a sua família, fornecia às crianças a maioria dos valores e técnicas necessários para a sua vida adulta, resultando no não reconhecimento da escola como espaço de formação dos indivíduos.

Outra discussão da fonte trata-se da falta de preparo dos professores para exercerem o cargo, levando à utilização de métodos considerados ultrapassados. Sobre isto deve-se entender que a inexistência, até a década de 70 do século XIX, de uma legislação que regulasse a formação de professores, permitia que o sujeito interessado em lecionar realizasse apenas o exame e, ao provar seus conhecimentos na área, e possuindo as características morais exigidas pela legislação em vigência, estaria apto a assumir como mestre público.

É relevante apontar que a criação das escolas normais para formação dos professores, apesar de prevista no artigo 7º da lei n. 13 de 28 de março de 1835, tornou-se uma realidade apenas em 1872, quando o Regulamento n. 62, aprovou a criação de 3

escolas normais na Província Mineira. Foi a partir de então, que os exames para o magistério passaram a abordar os conteúdos ministrados na escola. A criação das escolas normais representou uma grande modificação na formação dos professores pois “criou uma referência básica daquilo que se acreditava ser importante para a formação de um professor. O modelo de professor, forjado pela Lei, deveria frequentar a escola normal, dominar os conteúdos exigidos pela Lei, além de ter uma moral exemplar” (ANDRADE, 2007, p. 139).

A instrução nos Jornais de Pouso Alegre-MG

As análises dos relatórios dos presidentes de província, mapas de frequência, manuscritos, jornais e almanaques locais possibilitaram compreender a estruturação e desenvolvimento da escolarização primária em Pouso Alegre, em diálogo com a legislação produzida no século XIX. Todavia, a escolarização não ficou restrito às normatizações. Enquanto processo culturalmente construído a escolarização foi apropriada e representada de diversas formas pelos sujeitos que compunham a sociedade pousoalegrense. Nesse sentido, as matérias produzidas pelos jornais locais contribuíram para construir valores, disseminar ideias e atitudes, visando educar seus leitores, assumindo “as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de idéias” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 146).

Conforme destaca Pallares-Burke (1998), o discurso produzido pelos impressos correspondia a visão de uma parcela da sociedade. No século XIX, os grupos que utilizavam a palavra impressa compunham parte minoritária da sociedade, tanto pousoalegrense, quanto brasileira¹⁹. Entretanto, a autora alerta que:

Deve ser levado em conta nessa questão a possibilidade de haver grande número de pessoas que, apesar de analfabetas, não eram imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Estudos recentes têm mostrado que nos séculos XVIII e XIX o impacto da imprensa foi crescente e passou a atingir um número cada vez maior de pessoas que não sabiam ler. A prática de leitura em voz alta, quer âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada (PALLARES-BURKE, 1998, p. 150).

A partir da contribuição do trabalho de Pallares-Burke (1998), é possível construir a hipótese de que parte das publicações da imprensa podem ter alcançado a população na forma oral. Os periódicos deste período se colocavam como porta vozes da opinião pública. Assim, abordavam sobre a educação e opinavam sobre sua estruturação. Os jornais atribuíam à educação o papel de remodelar a sociedade, fundar novos costumes e instituir um modo letrado de cidadão. No jornal *Pregoeiro Constitucional*, a “instrução” foi considerada um meio que possibilitaria aos sujeitos terem contato com os novos conhecimentos e doutrinas:

¹⁹ Segundo Kreutz (2000, p. 353), ainda na década de 1890, “o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos”.

Maravilhosa tem sido a influencia do jornalismo em nosso paiz; entretanto pequena porção de gente, ou jaz, ainda involta em um resto de trevas, ou não vê mais que distantes, e passageiros clarões da verdade; maravilhosa, dizemos, por que se tem desenvolvido com uma rapidez sem exemplo entre as pessoas, que se applicão a leitura; porém o diminuto restante dos cidadãos, que não lêem, ou por falta de tempo, ou por escassez de meios, ou por inaptidão intelectual, e por conseguinte pouco podem aproveitar-se do raro contacto com pessoas illustradas, são difficilmente accessiveis ás novas doutrinas, que eles ouvem aqui, e ali, sem que d'ellaspossão formar um systema de conhecimentos; outros afastados de todo o comercio de homens esclarecidos, inteiramente dados ao trabalho dos bosques, e campos talvez nem fação idéa do que seja Constituição. Tempo virá, em que a instrucção penetrará os mesmos bosques, e campos[...] (Jornal *Pregoeiro Constitucional*, Pouso Alegre, 1 de dezembro de 1830, n. 25, p. 1-2).

Os autores do periódico defendiam a importância do contato da sociedade com a leitura para que tivessem acesso aos novos conhecimentos. O jornalismo cumpria um papel nesse processo, ao permitir contato com a verdade, novas doutrinas, conhecimentos e pessoas ilustradas. Pallares-Burke (1995, p.17) afirma que a imprensa do século XIX, assim como os livros, assumiram características educacionais, tornando-se instrumento do projeto iluminista que pretendia transformar a mentalidade das pessoas comuns. Os aspectos iluministas do *Pregoeiro Constitucional* tornavam-se evidente quando utilizava as expressões: “trevas” e “clarões”.

A falta de tempo, escassez de meios ou inaptidão intelectual eram indicados pelo jornal como as principais características da distância dos cidadãos com as pessoas ilustrada se o conhecimento. O periódico também trazia a representação dos sujeitos dos ‘bosques’ e ‘campos’ como pessoas privadas do duplo processo de instrução. Esta passagem possibilita a construção da hipótese de que o processo de escolarização no meio rural era algo muito distante da realidade da época. Nesse sentido, era a partir de uma visão civilizatória que os impressos abordavam assuntos relacionados a educação, e a sua importância para a população.

Assuntos sobre a instrução, como o debatido no *Pregoeiro Constitucional*, reaparecem novamente apenas em 1873, quando a cidade voltou a contar com jornais locais. Nessa pausa, entre os anos de 1830 a 1870, não foram localizados outros impressos que abordassem a situação do ensino na cidade. A única explicação encontrada sobre essa lacuna na publicação dos jornais na cidade foi produzida pelo memorialista Amadeu de Queiroz, em seu livro, “A História de Pouso Alegre e sua imprensa”²⁰, originalmente publicado em 1930. Segundo o autor, o hiato de quase setenta anos ocorreu por fatores políticos e sociais.

A segunda fase de publicação dos jornais em Pouso Alegre ocorreu com o início da circulação de *O Mineiro*²¹, em 1873. Nesta segunda fase, notou-se uma maior participação dos periódicos nas discussões educacionais, sobretudo em temas que

²⁰QUEIROZ, Amadeu. A história de Pouso Alegre e sua imprensa. Pouso Alegre: Art's Gráfica e Editora, 1998.

²¹ Este Jornal foi fundado por um morador de Pouso Alegre chamado Polycarpo Teixeira. A tipografia do jornal era também de propriedade de Polycarpo. Foi editado entre 1873 e 1876. Impresso em formato 60x35, em páginas de 5 colunas de texto cerrado, saía semanalmente aos domingos, segundo Queiroz (1998).

abordavam a baixa taxa de instrução e os fatores que contribuiriam para esta realidade. Em uma destas matérias o jornal *O Mineiro* tratou do tema e as suas possíveis consequências:

A estatística geral do Império, vai provando, com um evidencia assustadora, o quanto foi descuidada em todos os tempos a civilizadora instrução das classes pobres.

É admiravel que hajam povoações onde só um décimo dos habitantes sabe ler!

[...]A grande massa popular no Brazil desconhece seus direitos e sobre tudo seus deveres.

A ignorância é o centro obscuro d'onde parte o atrazo do Brazil [...].

[...] N'um paiz como o nosso, tão atardado na civilização, as leis mais bem concebidas, são praticamente impotentes em seus efeitos, por que sua applicação é quasi sempre despresada pelas autoridades que as não querem fazer valer, ou pela falta de instrução do supremo legislador, que é o povo.

[...]Não ha lei, authoridade, ou forma de governo que possa felicitar homens ignorantes de seus direitos e deveres sociaes. (jornal *O MINEIRO*, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

A matéria expunha alguns fatores que, para o jornal, impediriam a aplicação da legislação e o descuido com a instrução das classes pobres. O desprezo das autoridades era. um dos fatores, que tinha como consequência a ignorância dos homens sobre seus direitos e deveres.

Outro periódico a tratar sobre as estatísticas da instrução foi o *Pouso-Alegrense*²². Em uma de suas publicações expunha:

Às estatísticas ahi estão para o demonstrar: Temos 5,267 escolas; sendo a população livre de 7,143,000 habitantes, vê-se que temos uma escola para 1.360 habitantes. A Hespanha tem uma para 600 habitantes, a França, Baviera, Italia, Hollanda e Inglaterra tem uma para 500 e 400 habitantes. Portugal, que é um dos paizes mais atrazados em instrução primaria tem uma para 1,100 habitantes.

Ainda mais: de 1,902,454 meninos de 6 a 15 annos, 172,802 frequentam escolas; de modo que deduzindo este ultimo numero do primeiro, restam 1,739,652 que não recebem instrução alguma.

Um abatimento completo apodera-se do espírito ao contemplar o quadro sombrio da instrução primaria no nosso paiz (Jornal *O POUSO-ALEGRENSE*, Pouso Alegre, 18 jul. 1880, p. 1).

As taxas de instrução eram comparadas com outros países e, segundo os dados expostos pelo jornal, dentre as nações apresentadas, o Brasil seria um dos mais atrasados.

²²O jornal era de propriedade de José Luís Campos do Amaral Junior e Antônio Branco dos Santos, funcionando entre julho de 1880 a agosto de 1881. Não possuía redatores fixos, sua publicação ocorria aos domingos, sendo o valor avulso de 200 réis e em contrato anual variando entre 10\$000 e 12\$000 réis. Seu formato era de 44 x 34, dividido em quatro colunas, com quatro páginas, se caracterizando como um periódico literário, comercial e noticioso em geral (Anais da Biblioteca Nacional, vol. 117 (1997), Rio de Janeiro: BN, 2000, p.242).

Outro tema tratado pelos jornais era o caráter civilizador da instrução. O texto publicado no jornal *O Mineiro*, abordava a importância da educação:

A instrução é a fonte perenne do bem e da liberdade.
De um centro de trevas não pode manar a luz.
A felicidade sorvida na grande fonte da instrução, será a mais perfeita e duradoura.
O sol vivificador da instrução, é o foco brilhante d'onde partirão alfim essas scintelas luminosas que se chamam, liberdade, segurança individual e fraternidade.
[...] Em tempos cuja distancia não sabemos medir, sahiravictoriosa a instrução com o seu cortejo de bens e felicidades.
E a luta da luz com as trevas, do obscurantismo com a illustração do seculo XIX, emfim com os tradicções carrunchosas dos seculus volvidos.
Derramemos, pois, prodigamente a instrução pelo povo, e preza a Deus que o movimento civilizador se faça sempre crescente, n'este paiz que tanto carace de luzes. (Jornal *O MINEIRO*, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

Pautado na crença de que a razão seria capaz de alterar as características do nosso passado, a matéria buscava apresentar o benefício do contato com a instrução. o caráter iluminista também estava presente nos jornais. a matéria defendia que a instrução seria o meio para alcançar a liberdade e a segurança individual, e seria ela a responsável pelo movimento civilizador.

O movimento moralizador e civilizatório que inspirou os dirigentes do Estado e os jornais foi, em grande parte, o modelo ocidental europeu. Faria Filho (2000, p. 140) afirma que esse ideário “civilizatório iluminista irradiava-se, a partir da Europa, para boa parte do mundo e, também, para o Brasil”. Em Pouso Alegre os jornais utilizavam como exemplos países europeus para defender a instrução:

Ao passo que a Suissa, a Inglaterra, a Bélgica, a Alemanha e o grande colosso do continente Americano, gozam da felicidade que lhes da a instrução, ha longa data semeada nos povos que as constituem: o nosso paiz, estacionario pela ignorância, vê, maravilhado, succederem-se os inventos e melhoramentos, filhos da instrução e illustração popular (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

As nações europeias seriam, assim, exemplos a serem seguidos pelo Brasil. Os progressos destes países estariam seriam fruto da disseminação da instrução. Somente por meio da instrução o Brasil se colocaria ao lado das nações estrangeiras.

Outro tema discutido em vários jornais era a obrigatoriedade da instrução. Uma matéria publicada no jornal *O Mineiro* afirmava:

As sociedades modernas, as mais respeitadoras dos direitos da familia e mais acerrimas defensoras do pátrio poder, adoptam hoje sem escrúpulo o ensino obrigatorio, no que foram precedidas pela sábia e pensadora Allemanha, terra classica do instrução popular.
No Brazil diversas províncias ensaiam o sistema da obrigatoriedade do ensino e na província do Rio o novo regime sem encontrar tropeços insuperáveis, como imaginavam seus adversários, vai produzindo as vantagens que lhe são inherentes.

Si os povos os mais cultos do velho mundo adoptam o ensino obrigatorio como o único meio de arrancar da ignorância á milhares de crianças, cujos paes analphabetos sustentam o fatal principio de que assim como ele vivem sem ler nem escrever também viverão seus filhos: o que dever-se-ha fazer em paiz novo e atrazado como é, infelizmente, o nosso?

Quem conhecer nossa sociedade o sinceramente quizer reformala, não pode a este respeito ter opinião diferente da que defendemos que a sociedade aceita geralmente.

É mister, porém que a obrigatoriedade seja uma realidade e que não fique simplesmente na lei, como vai acontecendo em Minas ou ao menos nas regiões do sul.

Si dos tempos gloriosos em que sobre os destinos d'esta terra influenciavam directamente homens da tempera o do mérito de Bernardo Pereira de Vasconcellos, restasse-nos mais alguma coisa além da saudosa lembrança, Minas hoje pela instrucção do seus filhos e perfeita organização de suas escolas seria o modello glorioso que as demais províncias procurariam imitar (Jornal *O MINEIRO*, Pouso Alegre, 22 mar. 1874, p. 1).

A matéria ajuda a compreender que, apesar das inúmeras legislações que determinavam a instrução obrigatória, seu cumprimento não era efetivo. A matéria justificava a obrigatoriedade da instrução no Brasil, novamente tomando como parâmetro as “sociedades modernas”.

O caráter simbólico da obrigatoriedade do ensino tem sido destacado pela historiografia da Educação. Alguns pesquisadores apontam que, embora estivesse prevista na legislação de várias províncias, a frequência obrigatória das crianças em idade escolar não ocorria, em razão de alguns fatores: os baixos investimentos, a inconstância na fiscalização, o não reconhecimento da sociedade na necessidade de escolarização, o baixo número de escolas, o trabalho infantil, e a distância entre a escola e a população, sobretudo a população rural (INÁCIO, 2003; VEIGA, 2008).

Os periódicos analisados fornecem indícios, portanto, do modo como a instrução era compreendida no período. A ideia de que a instrução deveria estar ao alcance de um número cada vez maior de pessoas era reforçada pelos periódicos. Seria por meio de sua disseminação que todas as camadas sociais poderiam contribuir na construção da nação. A expansão da instrução era condição necessária para que os sujeitos se reconhecessem como membros do Império brasileiro, e seria fonte de iluminação capaz de superar obstáculos e “tradições carrunchosas”, promovendo a prosperidade moral e material do país. Os jornais, ao abordarem a instrução, incluíam valores morais e civilizatórios como parte de suas funções. E o que seria a civilização defendida? De acordo com Gondra e Schueler:

Civilização, além de significar o autocontrole e a introjeção de determinados hábitos e normas de conduta, de formas de comer, vestir, morar, conversar, amar e sentir, passou também a expressar os níveis de desenvolvimento artístico, tecnológico, econômico e científico da humanidade, numa perspectiva claramente etnocêntrica, que conferia superioridade à civilização ocidental europeia (2008, p. 69).

Com base neste modelo civilizatório os discursos produzidos pelos jornais disseminavam um conjunto de ideias, consideradas necessárias para a constituição do Estado nacional. A forma como as matérias eram abordadas evidenciavam que “aos

olhos dos contemporâneos que compartilhavam os ideais de civilização, era urgente, para o Império do Brasil, educar e instruir a população” (GONDRA E SHUELER, 2008, p. 69). Por meio da análise dos jornais publicados em Pouso Alegre, verificou-se a defesa de uma reformulação dos costumes e da moralização dos sujeitos para que fosse possível alcançar uma sociedade moderna e civilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou analisar a especificidade do processo de organização do ensino primário em Pouso Alegre durante o século XIX e as representações construídas sobre a instrução, a partir da análise de jornais, almanaques, leis e relatórios dos presidentes de província. Por meio destas fontes tornou-se possível identificar o número de escolas, de alunos, as nomeações e as leis que regulavam os mais diversos âmbitos da instrução do período.

As fontes forneceram informações sobre a instalação de uma aula primária na cidade ainda em 1830, ministrada pelo subdiácono Joaquim José de Oliveira. Posteriormente, com a aprovação da lei n.13, de 1835, identificou-se a criação de duas cadeiras de ensino primário, destinadas aos meninos e meninas. O funcionamento destas cadeiras foi marcado por períodos de pausas e suspensões em razão das leis, mas também pela falta de professores. A partir de 1850 as escolas para meninas passaram a contar com uma maior presença de alunas, sobretudo após a aprovação do Regulamento n.º 100, que tornou obrigatória a presença das meninas entre 6 e 11 anos nas aulas.

Durante boa parte do século XIX existiu em Pouso Alegre apenas uma cadeira de ensino primário para cada sexo e um baixo número de alunos que as frequentava. Os motivos da pouca frequência podem ter sido vários, tendo em vista que a educação ministrada pelo círculo familiar era a mais comum naquele período e pode ter interferido no não reconhecimento da escola como espaço de formação das crianças.

Embora as legislações aprovadas após a lei nº 13, de 1835, previassem multas e penalizações aos pais que não mantivessem os filhos na escola, as matérias publicadas nos jornais da cidade indicavam o não cumprimento da frequência escolar obrigatória, apontando para o fato de que não somente os pais descumpriam a lei, mas também os legisladores, que não executavam a normatização determinada.

A instrução era compreendida mais como meio para moralização do povo e fator de modernização do país. Instruir seria o caminho para construir uma sociedade baseada em um padrão de comportamentos moralmente aceitos. Nessas abordagens, as nações europeias eram citadas como exemplos a serem seguidos, uma vez que os progressos feitos por elas estavam vinculados à disseminação da instrução. Por meio da análise dos jornais, verificou-se a defesa da moralização dos sujeitos para que fosse possível alcançar uma sociedade moderna e civilizada.

Contudo, as fontes analisadas indicaram que a estruturação da escolarização em Pouso Alegre não ocorreu conforme os preceitos dos jornais. De todo modo, a instrução continuou a ser entendida como capaz de superar os obstáculos existentes e promover a prosperidade moral e material do povo.

As análises realizadas neste artigo procuraram contribuir com as pesquisas que abordam o processo de escolarização da sociedade no século XIX, em uma perspectiva

local, ao tratar das especificidades que envolveram a organização da instrução primária na cidade de Pouso Alegre.

Por fim, a pesquisa realizada apontou algumas indagações que podem ser aprofundadas em outros estudos, como a instrução dos negros, escravos, libertos e/ou livres, no processo de escolarização que ocorreu na cidade de Pouso Alegre, e a participação da Igreja católica, como instituição de educação, a partir da instauração da República.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. M. de. *Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

ANDRADE, R. F. M. de; CARVALHO, C. H. de. A educação no Brasil império: Análise da organização da Instrução na Província de Minas Gerais (1850-1889). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v. 13, n. 28, 2009.

CASTANHA, A. P. O ato adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas. n. 11, jan./jun. 2006.

CUNHA, M. V. da. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T. et. al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DELFINO, L. L. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em História, ICH/UFJF, Juiz de Fora, 2010.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). *Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T. et. al. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O Jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX. In: ARAUJO, C. S.; GATTI JR, D. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, M. C. (Org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo Cortez. 2008.

GOUVÊA, M. C. S.; JINZENJI, M. Y. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2006.

JINZENJI, M. Y. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 3, n. 1, ago. 2012.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. et. al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B.(Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, I.R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos Anped*, n. 5, set. 1993.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144-161, 1998.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 21, 2002.

_____. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação* [online]. Vol.13, n.39, 2008.

VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: IP- 04, 05, 68, 76, 174, 178; IP 3/2, CX – 01, pacote 47.

IBGE, *Recenseamento do Brazil em 1872*, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d.

QUEIROZ, Amadeu. *A história de Pouso Alegre e sua imprensa*. Pouso Alegre: Art's Gráfica e Editora, 1998.

POUSO ALEGRE. *Pregoeiro constitucional*. Edições n. 22 e n. 25 de 1830.

POUSO ALEGRE. *O Mineiro*.Edições n. 13 e n. 20 de 1874.

POUSO ALEGRE.*O Pouso-Alegrense*.Edição n. 3 de 18 de julho de 1880.

MINAS GERAIS. *Relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelos Presidentes da Província*. Disponível em:<<http://ddsnext.crl.edu/titles/171/items>. Acesso em: 12 de novembro de 2018>

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

Recebido em: 07/02/2019

Aprovado em: 04/04/2019